

*“Estabelecimentos imundos, mal cheirosos e sujos”
na cidade de Campo Grande*

Nataniél Dal Moro

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP)

ABSTRACT

This article addresses some questions about the history of Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brazil. Through a number of articles published in the journal *Correio do Estado*, printed since the 1950's, we will try to recover some everyday aspects of everyday life in this city, emphasizing the approaches which describe a part of the establishment and the existing commercial activities in Campo Grande from 1960 to 1970.

Keywords: City, printed journal, *Correio do Estado*, quotidian, sensibilities.

Este artigo aborda questões sobre a história de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. Através de matérias publicadas no periódico *Correio do Estado*, impresso em circulação desde os anos 1950, tentaremos recuperar alguns aspectos do cotidiano desta urbe, dando ênfase às abordagens que descreveram uma parte dos estabelecimentos e das atividades comerciais existentes na cidade de Campo Grande entre as décadas de 1960-70.

Palavras-chave: Cidade, jornal impresso, *Correio do Estado*, cotidiano, sensibilidades.

Introdução

A reflexão em curso constitui um fragmento de nossa tese de doutoramento em História Social (Moro, 2012, p. 151-174). Nesse trabalho, analisamos a atuação de uma parte das elites dirigentes sobre a cidade de Campo Grande e como este grupo concebeu a presença de populares que se faziam visíveis no centro da cidade, tais como: trabalhadores humildes, leiteiros, mendigos, prostitutas, andarilhos, além de toda uma gama de outras pessoas empobrecidas e constituintes do “povo comum”, expressão que nos ajuda, de certa forma, a problematizar o desenvolvimento social dessa cidade no período da Ditadura Civil-Militar brasileira.

Neste artigo, intenta-se analisar como o periódico *Correio do Estado* (CE), em circulação desde os anos 1950, pensou o cotidiano de uma parte dos estabelecimentos e das atividades comerciais existentes na cidade de Campo Grande no decurso das décadas de 1960-70, época de grande migração campo-cidade em diversos territórios da Região Centro-Oeste do Brasil.

Em números, podemos ter uma dimensão desta realidade: a população do Município de Campo Grande, que no decênio de 1950 era de aproximadamente 57 mil habitantes, elevou-se para 291.777 mil no ano de 1980, registrando no referido período um aumento de mais de 411%. Entre 1960 e 1980, por exemplo, a população urbana de Campo Grande cresceu a uma taxa média de 16,8% ao ano. As transformações materiais, políticas e sociais ocorridas naquele tempo também precisam ser mencionadas, em especial a elevação da cidade de Campo Grande ao posto de capital do Estado de Mato Grosso do Sul, Unidade Federativa criada em fins dos anos 1970.

Em se tratando de questões relativas à sociedade, merece registro a presença de migrantes de diversas origens e variadas condições econômicas na porção urbana de Campo Grande. Os adventícios portadores de formações educacionais e sediados em estratos sociais elevados foram descritos como adequados à cidade em desenvolvimento; já os migrantes empobrecidos, na maioria das vezes, foram concebidos e tratados como “problema” ou “questão social” que demandava inúmeros e concretos esforços por parte dos poderes públicos e das instituições civis.

De modo não menos essencial, busca-se compreender no artigo em tela a problemática do trabalho das “pessoas comuns”/trabalhadores informais que se faziam presentes na cidade e a repercussão de suas práticas de sobrevivência por meio das representações emitidas na imprensa local.

O campo de estudo nominado “pessoas comuns” – instrumento teórico e analítico que apresenta outros termos: povo comum, pessoas do povo, homem comum, gente comum, como tão bem analisa Eric Hobsbawm (1990, p. 18-33) – nos remete a uma gama imensa e não menos diversa de sujeitos históricos

portadores de projetos, modos de vida, visões de mundo e lutas por experiências coletivas plurais.

Esses indivíduos são constituídos por agentes e grupos histórico-sociais produtores de trabalhos variados. Suas histórias nos mostram experiências e vivências marcadas por sensibilidades múltiplas que ora podem estar alinhadas a determinadas instituições e grupos elitistas e ora podem se mostrar em flagrante tensão e aberto conflito e confronto frente a estes poderes e seus respectivos integrantes. À luz dessa forma de análise, o povo comum foi alçado ao patamar de agente transformador da História.

A relevância em estudá-los reside em compreender realidades que, de outro modo e sob o arcabouço de outros enfoques teórico-analíticos, ficariam pouco trabalhadas na produção historiográfica. Se abrissemos mão desse campo de estudo, os grupos sociais constituídos pelas “pessoas comuns”, bem como as suas estruturas do cotidiano, cada uma delas portadora de sensibilidades diversas, permaneceriam inadequadamente conhecidas em âmbito social.

Diante dessa reflexão, cabe ao historiador não descuidar do termo “sentido histórico”. De acordo com Lucien Febvre (1985, p. 95), essa prática implica em “entrar e fazer entrar o leitor na própria pele dos homens de outrora.” Ou seja, cabe ao historiador o trabalho de explicar o passado no presente, tornando-o compreensível e sensível às pessoas de outras temporalidades e formações, visto que o tempo atual guarda significativas distâncias frente às experiências ocorridas em outros tempos.

Faremos, a seguir, uma breve exposição da história e de alguns dos projetos do jornal *Correio do Estado*, fonte destacada de nossas reflexões neste artigo, podendo assim entender de forma menos superficial as sensibilidades e as visões de mundo defendidas por este periódico com o fito de transformar as estruturas presentes na cidade de Campo Grande.

1. **Jornal Correio do Estado: história e projetos**

De acordo com uma parte da produção historiográfica realizada nas últimas décadas, em particular em âmbito brasileiro, pode-se afirmar que é inegável a atuação política de alguns meios de comunicação na constituição histórica de certos territórios e espaços, sejam eles rurais ou urbanos (Cruz, 2000; Cruz; Peixoto, 2007; Luca, 2010). Na cidade de Campo Grande, esta prática pode ser visualizada por meio da análise de alguns impressos, em especial através das páginas de um: o jornal *Correio do Estado* (CE)¹.

¹ Doravante utilizaremos com frequência a sigla CE para designar o periódico *Correio do Estado*. Em linhas gerais, trata-se de um jornal impresso de grande destaque no cenário estadual, publicado ininterruptamente desde fevereiro de 1954 na cidade de Campo Grande. Esta urbe – também chamada pelo cognome Cidade Morena; expressão por nós estudada no texto “Dom Aquino e a

Este impresso, por seu turno, não foi o único periódico campo-grandense que divulgou matérias questionando a atuação de outros poderes constituídos. Contudo, este jornal, em específico, manteve ao longo de decênios uma postura bastante forte e destacada, externando cobranças e outras providências em direção aos poderes públicos e privados, e inclusive da sociedade em geral, para que a cidade de Campo Grande se tornasse, cada vez mais, um ambiente “civilizado, moderno e ordeiro”.

O CE foi criado com o intuito político-ideológico de defender e eleger para governador do Estado de Mato Grosso, no primeiro lustro da década de 1950, a figura de Fernando Corrêa da Costa, da União Democrática Nacional (UDN), sendo este o seu fundador inicial, e que se contrapunha politicamente a Filinto Müller, do Partido Social Democrático (PSD). Os principais anunciantes e sustentadores econômicos desta empresa jornalística que estava se constituindo, a exemplo de informações fornecidas por Rodrigues (1999, p. 101), seriam as casas comerciais e os estabelecimentos bancários existentes na cidade.

A quantidade impressa de exemplares emitida por meio do jornal CE variou ao longo do tempo. No início, anos 1950, a tiragem aproximada era de 800 unidades em uma urbe que possuía em torno de 33 mil habitantes; sendo esta cidade, à época, a mais populosa do Estado de Mato Grosso e detentora de significativo destaque econômico, sobremaneira no ramo comercial.

O CE definia-se como sendo um periódico vespertino e contava, nessa época, com edições de 6 a 8 páginas constituídas basicamente por textos e algumas imagens. Havia edições pontuais em que a quantidade de páginas era maior.

Depois, já nos anos 1970, tornou-se um periódico matutino e o número de folhas aumentou, assim como as imagens fotográficas passaram a ser uma constante nas matérias do jornal, dando novo impulso aos trabalhos de adjetivação, tanto apreciativa como depreciativa, que o CE empreendia ao qualificar o cotidiano da cidade e das pessoas que nela estavam ou que de alguma forma sobre ela interferiam.

cidade de Campo Grande: sentidos construídos e reconstruídos” (Moro, 2017, 107-135) – foi elevada ao posto de capital política e administrativa do então recém-criado Estado de Mato Grosso do Sul, situação ocorrida no final da década de 1970.

Na condição de instituição política e, mais ainda, ideológica, seguindo aqui os aportes teóricos utilizados na acepção proposta por Antonio Gramsci (1975, p. 1352-1353), poderíamos dizer que o Correio do Estado contribuiu decisivamente no trabalho de construção dos caminhos citadinos de Campo Grande e da região como um todo, tendo em vista que era distribuído para muitas das municipalidades do então sul de Mato Grosso, território que hoje constitui o Estado de Mato Grosso do Sul e faz fronteira com os países Bolívia e Paraguai. Esse projeto foi efetivado em várias direções, interferindo e transformando campos econômicos e políticos, históricos e sociais, coletivos e individuais, todos eles perpassando e reelaborando múltiplas experiências e vivências.

Pensando os movimentos históricos empreendidos pelo CE em texto publicado no ano 1990, J. Barbosa Rodrigues (1990) elencou seletivamente algumas características que lhe pareciam centrais e dignas de registro em outra época acerca do passado dessa empresa de comunicação. Diz-nos que, embora no ano de 1954 o CE fosse um “jornal de orientação política”, possuindo contribuição monetária proveniente dos integrantes da UDN, a circulação dava-se de forma “precária, mas normalmente” (Rodrigues, 1990, p. 15).

Anos depois, segundo afirmou J. Barbosa Rodrigues (1990), tal característica deixara de fazer parte do perfil do periódico. Especialmente

[...] a partir da década dos anos sessenta, a orientação política do órgão foi deixada de lado, tornando-se Correio do Estado um jornal independente e administrado empresarialmente. Durante sua existência, apoiando desinteressadamente candidatos a cargos eletivos, participou de eleições de Fernando Corrêa da Costa (duas vezes governador e senador), Marcílio de Oliveira Lima, Wilson Barbosa Martins, Plínio Barbosa Martins; Levy Dias a prefeito de Campo Grande. A Wilson Barbosa Martins deu apoio integral para a sua eleição a governador. Dentre as grandes campanhas que incentivou e apoiou destacam-se: construção da usina do Mimoso (que resolveu o problema de energia elétrica de Campo Grande), a pavimentação asfáltica da rodovia que liga Cuiabá-Campo Grande-Porto XV de Novembro (no rio Paraná), Divisão de Mato Grosso e criação de Mato Grosso do Sul, etc. (*ivi*, p. 15-16).

Conforme pontuado em trecho, a atuação do CE não se restringiu ao campo das letras e da mera transmissão de relatos aos seus leitores. Pensamos que este periódico foi ativo na luta pela defesa dos seus projetos, fato reconhecido pelo próprio J. Barbosa Rodrigues. Encontram-se nas páginas deste impresso muitas discussões sobre a cidade, os “problemas” que a consumiriam e as soluções que deveriam ser tomadas.

A imprensa, neste caso, ajudou na constituição de outras visões de mundo sobre a vida urbana, uma vez que definiu projetos, empreendeu formas de luta,

colocou sujeitos em diálogo/confronto. Promoveu, ainda, a ocupação e/ou o abandono de espaços públicos e privados, ressignificando políticas em curso naquele tempo-espaço de efetiva transformação humana sobre a cidade e sua constituição. Portanto, deve-se conceber “a imprensa como prática social” e também como “momento da constituição/instituição dos modos de viver e pensar” da sociedade (Cruz, 2000, p. 20).

Por vezes, o CE veiculou conteúdos, análises e reflexões nas quais deslinda-se a existência de uma cidade que – a seu ver – seria “ordeira” e “civilizada”, “próspera” e “moderna”, adequada ao mundo desenvolvido. No outro ponto, temos também várias matérias e reflexões que nos mostram uma realidade que poderia ser caracterizada como “atrasada”, “vexatória” e “insalubre”. É especificamente acerca desta cidade, descrita em inúmeros registros como repleta de “estabelecimentos imundos, mal cheirosos e sujos”, que procuraremos compreender nas linhas a seguir.

No intuito de elucidar as questões por nós expostas, valeremo-nos das inferências teóricas da história do cotidiano, que entendemos oportunas à tarefa de problematizar tais fontes e, assim, recuperar possíveis experiências, vivências e sensibilidades que nos parecem representativas de modos de vida e de suas formas políticas de fazê-lo em ambiente majoritariamente cidadão. De forma não menos oportuna, as chamadas complexidades histórico-temporais também precisam ser consideradas, desvelando assim aspectos relevantes do cotidiano das pessoas comuns.

Tomaremos com eixo teórico e reflexivo, dentre outros, os estudos realizados pelos autores mencionados na sequência: Alain Corbin (1987), Fernand Braudel (1995), Georges Vigarello (1996), Maria Inez Machado Borges Pinto (1994) e Sandra Jatahy Pesavento (2003).

A respeito da categoria sensibilidades, Alain Corbin (1987) nos alerta que seria inútil o estudo das tensões e dos confrontos se estes desprezassem a complexidade dos modos de sensibilidade/história dos sentimentos que os constituem.

Quando problematizadas, as sensibilidades e as subjetividades podem jogar luzes sobre pontos desconhecidos do passado e das histórias imateriais, viabilizando, assim, o entendimento de múltiplos sentimentos e emoções sentidas por distintos agentes históricos, que, mesmo vivendo em uma mesma temporalidade, eram constituídos por valores diversos e verdades conflitantes. Sandra Jatahy Pesavento (2003) define a abrangência desta categoria nos seguintes termos:

Sensibilidades se exprimem em atos, em ritos, em palavras e imagens, em objetos da vida material, em materialidades do espaço construído. Falam, por sua vez, do

real e do não real, do sabido e do desconhecido, do intuído ou presentido ou do inventado. Sensibilidades remetem ao mundo do imaginário, da cultura e seu conjunto de significações construído sobre o mundo. Mesmo que tais representações sensíveis se refiram a algo que não tenha existência real ou comprovada, o que se coloca na pauta de análise é a realidade do sentimento, a experiência sensível de viver e enfrentar aquela representação. Sonhos e medos, por exemplo, são realidades enquanto sentimento, mesmo que suas razões ou motivações, no caso, não tenham consistência real (Pesavento, 2003, p. 58).

Seguindo as observações de Fernand Braudel (1995), diríamos que é preciso pensar as estruturas do cotidiano pautadas por uma História-problema, e não apenas por meio da dimensão de uma mera História-descritiva.

2. Sensibilidades e visões de mundo adjetivadas

Nos anos 1960 Campo Grande era descrita como a cidade mais populosa do Estado de Mato Grosso (Moro, 2017, p. 148-170) e, também, como a detentora da maior arrecadação. Esses dados, por eles mesmos, não são muito elucidativos para se pensar as transformações ocorridas neste espaço. Tomá-los como sinônimo de uma evolução “natural” e de “progresso” seria um reducionismo dos mais evidentes.

Por meio dos textos publicados no jornal Correio do Estado, vê-se uma cidade limitada naquilo que seria a tão desejada modernidade da qual Campo Grande seria merecedora. À luz de algumas análises difundidas no periódico, essa urbe portava e era difusora de “problemas” diversos, os quais causavam, por vezes, assombro aos cidadãos mais abastados e às “pessoas de bem” que nela estavam (CE, 21/05/1966, p. 1).

Nas elucidativas palavras de Sandra Jatahy Pesavento (2001, p. 33), os “jornais, como veículos de formação de opinião pública, contribuem para a construção de imagens muito fortes, carregadas de adjetivos, cores e artifícios de retórica que ajudam a *dar a ver* ao mundo de uma determinada forma.” Esse ambiente, de acordo com as reflexões de Angel Rama (1985), pode ser considerado como um espaço de letras e, igualmente, como um espaço de formas políticas no qual o social se constituiu e se formou, uma vez que o texto escrito jamais se limita apenas e tão somente ao campo das palavras.

Em tal contexto podemos entender, inicialmente, como os termos “imundos”, “mal cheirosos” e “sujos” acabaram sendo empregados pelo CE. Eles foram usados no periódico e objetivavam retratar aos leitores aquilo que seria a “real” situação da maior parte dos estabelecimentos comerciais existentes no centro da cidade de Campo Grande, sobretudo em referência aos relacionados com o comércio de alimentos (*ibidem*; CE, 16/03/1967, p. 2).

Essa prática poderia ser descrita como um indicativo de que, por meio da

linguagem jornalística, o CE procurou mobilizar, alterar, instruir e direcionar a cidade de Campo Grande, na verdade a sociedade que a constituía, para um determinado rumo. Nesse sentido, o CE funcionou ativamente como um espaço de práticas políticas no qual foram veiculadas reclamações de alguns grupos, notabilizando-se valores de uma parte da comunidade e, sobretudo, da elite local. Ao tentar colocar em prática esse projeto, o jornal adjetivou maneiras de viver e sensibilidades, visando assim edificar visões de mundo que considerava oportunas.

Esse trabalho encontrou guarida nos constantes relatos feitos no periódico sobre a presença de sujeitos do povo comum que, ao insistirem nas práticas de reterritorialização de espaços do centro urbano da cidade de Campo Grande, estariam dando ao lugar utilidade não prevista na legislação e nada desejada pelas “pessoas de bem” (Moro, 2012; CE, 21/05/1966, p. 1).

Descrita como uma desordem que acometeria o espaço urbano, essa reterritorialização pode ser classificada como um tema recorrente nas abordagens e discussões empalmadas pelo CE, que expunha análises geralmente no sentido de combatê-las, algumas vezes até criminalizando-as (Moro, 2017, p. 442-457). Era preciso ter olhares voltados tanto para os comerciantes legalmente estabelecidos quanto para os trabalhadores ambulantes presentes na urbe. Diante dessa situação, foram discutidas e defendidas outras sensibilidades.

3. Sensibilidades lastreadas em modelos científicos: as muitas dimensões dos “estabelecimentos imundos, mal cheirosos e sujos”

Sobre os comerciantes legalmente estabelecidos recaíram acusações variadas. Constam nas fontes consultadas que estes indivíduos teriam exposto na calçada da Rua 14 de Julho – “a via mais movimentada da cidade” –, as mercadorias que deveriam ter permanecido dentro dos estabelecimentos comerciais (CE, 19/04/1963, p. 1). As denúncias frente às ações dos comerciantes, no entanto, não ficaram limitadas a essa questão.

A maior parte das reclamações do CE contra os trabalhos dos comerciantes centrou-se neste ponto: a flagrante falta de higiene com que os alimentos e as bebidas eram tratados antes de serem consumidos pelos clientes. Uma situação desse tipo, no entender do impresso, depunha contra a “civildade” dos habitantes da urbe de Campo Grande. Logo, era inaceitável que continuasse ocorrendo.

Um agravante significativo à adequada limpeza dos estabelecimentos era a constante falta de água que assolava a cidade, e também as parciais ou completas interrupções no fornecimento de energia elétrica, as quais duravam horas, às vezes prolongando-se ao dia seguinte. Essa realidade produziu e/ou perpetuou a existência de uma “cidade atrasada”, inviabilizando a realização dos serviços básicos de asseio, higiene e conservação que eram indispensáveis em uma urbe

que se queria “moderna e civilizada”.

Esse atraso poderia ser superado, de acordo com o impresso CE, mediante a atuação do poder público. Em outubro de 1966, o jornal chamou a atenção para o caos citadino que tomava conta de Campo Grande, tendo em vista a frequência de situações de falta de água e de energia elétrica registradas na cidade.

3.1 *Donas de casa e estabelecimentos comerciais sem água*

A indisponibilidade de usufruir do “precioso líquido”, termo pelo qual a água foi descrita, impediria constantemente a limpeza das residências. Mesmo que as donas de casa quisessem, não poderiam assear a contento as calçadas, nem “lavar e escovar pisos e compartimentos que” deveriam “estar sempre rigorosamente limpos” (CE, 21/10/1966, p. 1). Além disso, as atividades comerciais também eram penalizadas. Sem o “precioso líquido”, havia desasseio na realização de inúmeros trabalhos de higiene.

Para o impresso, a falta de água era um “fato” que dificultava a vida dos cidadãos, atrapalhando a limpeza de ambientes privados, públicos e de locais de comércio, especialmente os bares, cafés, hotéis e restaurantes da urbe (*ibidem*). O periódico considerou “verdadeiramente vergonhoso o aspecto apresentado por inúmeros bares e cafés da cidade” (CE, 21/05/1966, p. 1).

Ao realizar uma visita de inspeção, a reportagem do CE esteve em alguns estabelecimentos da cidade e constatou que “a falta de higiene” reinava “em toda parte” (CE, 28/06/1967, p. 6). Esses locais, chamados pejorativamente de bares e cafés sujos e mal cheirosos, e também de hotéis pocilgas, tinham sanitários imundos. Os corredores e as cozinhas igualmente careciam de limpeza (CE, 16/03/1967, p. 2). As xícaras e os pratos estavam trincados.

Segundo o impresso, essa era “a situação reinante na maioria dos estabelecimentos, onde cidadãos” estariam hospedados e, de acordo com os relatos de alguns indivíduos, até teriam tomado “refeições a preços bem elevados” (CE, 28/06/1967, p. 6).

Para caracterizar esses ambientes, que constituiriam a maior porção dos estabelecimentos da cidade, foram utilizados com grande frequência alguns adjetivos, tais como: imundos, mal cheirosos e sujos. Essas descrições, por vezes, estenderam-se aos sujeitos que manuseavam os produtos alimentícios.

A historiografia nos mostra que tais sensibilidades começaram a ser problematizadas no mundo ocidental na exata medida em que os avanços técnicos e científicos ganharam corpo sobre outros saberes antes concebidos como válidos.

De acordo com Georges Vigarello (1996, p. 3): “as normas de limpeza não surgiram de um ponto zero. Elas têm suas âncoras e objetos, seus lugares de manifestação e seus modos de transformação.” Diz-nos, ainda, que “é preciso alterar a hierarquia das categorias de referências” (*ibidem*) utilizadas no tempo

presente.

No lugar dessas propostas e análises deveríamos colocar outras perguntas e enfoques distintos, os quais precisariam ter como foco as sensibilidades e as maneiras de viver para, então, pensar o passado e seus desdobramentos rumo ao nosso tempo histórico-social.

Em conjunto, a história das sensibilidades, assim como a história da vida cotidiana, são teorizações adequadas que nos mostram que a repulsa humana diante do lixo jogado a esmo nos passeios públicos, das imundícies lançadas nas ruas, da falta de cuidado diante do asseio limitado de alimentos e corpos, e de toda e qualquer sorte de outras situações consideradas inadequadas, nauseabundas e malsãs à vida em cidade foi se desenvolvendo entre os séculos XVIII e XIX e só então passou a ser pensada como valor social representativo de grupos específicos e representada por uma medicina social delimitada. Em resumo: “A tolerância para com o fedor [...] prova a defasagem de comportamentos” (Corbin, 1987, p. 79-80). Nesse sentido, tudo que remetesse a tais práticas precisaria ser evitado.

A partir desse período, sensibilidades outras se formam e se difundem nos territórios urbanos. Conforme sinaliza Alain Corbin (1987), a “desodorização dos ambientes” passou a ser descrita como produto “natural” da cultura existente nas cidades que se queriam adeptas do progresso técnico-científico produzido naquele período.

Valendo-nos dos ensinamentos de Corbin (1987) e de Vigarello (1996), diríamos que os “saberes” deram origem aos “odores” e que o “sujo” foi identificado em razão de o limpo ter passado a existir, realidade antes não formulada de modo tão polarizado na sociedade ocidental.

No intuito de recuperar essas histórias e seus movimentos, precisaríamos deslocar o nosso olhar para elementos residentes no território das sensibilidades, do não visível aos olhos, parte das quais encontrariam justificativas nas descobertas técnico-científicas ocorridas em meados do século XIX e largamente difundidas em vários países e culturas de forma mais detalhada no século XX, inclusive o Brasil.

Trata-se de sensibilidades impulsionadas e chanceladas por elementos do discurso ocidental de viés técnico-científico, as quais priorizariam as demandas da chamada limpeza invisível, portadoras de ações que, de alguma forma, acabariam interferindo e transformando múltiplas realidades relacionadas ao campo social do desenvolvimento da cidade.

Vemos, ainda, um processo de confronto pautado entre reflexões e vivências culturais de grupos distintos. Aquela externada como “atrasada” visaria à sobrevivência de sensibilidades formadas à luz de outros parâmetros e esta, que se definia como “civilizada”, defenderia os ditames calcados no discurso científico ainda não plenamente implementado na cidade de Campo Grande.

3.2 *Produtos sem higiene*

Pautadas nessas referências, as mercadorias produzidas ou armazenadas em diversos locais da cidade foram concebidas igualmente como produtos sem higiene, os quais prejudicavam a saúde da população (CE, 21/11/1966, p. 1). Eram notórias as queixas contra açougues que vendiam carnes com péssimos odores, já beirando o estado de putrefação (CE, 19/05/1969, p. 2).

O transporte deste produto até os domicílios dos fregueses, segundo o CE, também era inadequado. Em geral, os entregadores levavam a carne “de bicicleta, descoberta ou mal embrulhada.” O produto, então, absorvia “o pó e os micróbios do invólucro atmosférico ambiente” (CE, 21/10/1966, p. 1).

Falta de higiene semelhante ocorria também na entrega do pão feito, segundo o periódico, em “padarias imundas” (CE, 16/03/1967, p. 2). O alimento, que era acondicionado pelos entregadores em “cestos, balaios ou carrocinhas” nem sempre forradas ou cobertas adequadamente, atravessava “a cidade de um canto a outro” aspirando pó.

Quando finalmente o pão chegava ao domicílio do freguês, era retirado de “grandes cestos de vime” e então “abraçado pelo distribuidor, tomando contato com corpos suarentos e mal cheirosos” (CE, 04/09/1963, p. 1; CE, 21/10/1966, p. 1). A situação piorava quando o transporte do pão era feito por menores. O CE relatou que “muitas vezes” os pães rodavam “pelo chão” e eram “simplesmente apanhados e recolocados nos cestos, num verdadeiro atentado à saúde pública” (CE, 04/09/1963, p. 1).

No caso dos trabalhadores informais, os populares ambulantes, as reclamações dirigidas a eles pelo CE foram constantes e enfáticas. Esses indivíduos, assim como parte dos comerciantes, serviam-se dos passeios públicos para expor e comercializar as mercadorias. Além disso, vendiam alimentos e bebidas à população nas ruas da cidade de Campo Grande sem o devido “asseio e escrúpulo” (CE, 31/12/1966, p. 6).

Os trabalhadores ambulantes usavam os espaços das calçadas, em particular nos trechos mais movimentados da Rua 14 de Julho, para expor “mercadorias, caixotes e uma chusma de quinquilharia.” Essa prática de amontoar os produtos nas calçadas acarretava “não só [...] mau aspecto à cidade como também” impedia “o trânsito pelo passeio” (CE, 19/04/1963, p. 1).

De acordo com relato contido em matéria publicada no CE, este impresso já se colocava, por meio da sua política editorial, contrário a esta situação há pelo menos desde 1961, fazendo campanhas em prol da eliminação destas práticas de comércio na Cidade Morena, porém, só no ano de 1963 a Prefeitura Municipal de Campo Grande, através de autoridades fiscais, teria iniciado uma “severa fiscalização” do espaço urbano da cidade visando acabar com este tipo de

comércio, à época chamado Mercado Persa, já que tal prática depunha contra a civilidade dos que nela residiam (*ibidem*).

Para eliminar a presença dessas pessoas comuns, nomeadamente as descritas como mascates ou ambulantes, chegou-se ao ponto de laçar elogios à política de fiscalização realizada por funcionários da Pasta da Fazenda do executivo municipal de Cuiabá (CE, 22/11/1971, p. 1), urbe que rivalizaria com a cidade de Campo Grande em termos de “progresso”.

Informou-se aos leitores que naquela urbe, que fora cognominada Cidade Verde, a referida questão tinha sido resolvida, enquanto que no centro da Cidade Morena o problema ainda era muito consistente, prática descrita como vexatória para Campo Grande.

O labor considerado informal pelos poderes constituídos era feito tanto por adultos como por menores, sobretudo jovens, e centrava-se basicamente em três atividades: a) venda de mercadorias não perecíveis; b) comércio de alimentos em quiosques e c) entrega de alimentos diretamente nas residências dos consumidores.

A venda de mercadorias não perecíveis era feita em larga medida no centro da cidade. Segundo o CE, os ambulantes haviam instalado as suas barracas ao “lado do majestoso edifício do Hotel Campo Grande.” Lá ficavam por meses sem serem molestados, assegurou o impresso em uma narrativa na qual se sobressaíam os tons irônicos e jocosos, sempre sinalizando que o poder público seria o responsável por sanar a referida adversidade (CE, 05/10/1971, p. 1).

Analisando a temática do trabalho informal, Maria Inez Machado Borges Pinto (1994) nos mostra que esse assunto possui uma história e que tal prática não é recente na sociedade brasileira. Como bem externado por Maria Inez Machado Borges Pinto (1994), o trabalho informal está atrelado e é produzido por questões que o perpassam, dentre as quais citaríamos fatores relacionados à política, à cultura, à sociedade e às ações de cunho econômico.

Desses elementos surgiria o agente que determinadas literaturas e análises convencionaram chamá-lo “trabalhador informal”, não raro atrelando-o a, literalmente, um agente histórico que – em razão de sua condição passada – estaria fadado a dar um “passo” rumo à criminalidade. Nessa linha de reflexão, o sujeito vinculado aos afazeres informais seria, em potencial, o futuro criminoso assolando a cidade.

3.3 *Modelo de vendedor idealizado e trabalhador existente*

O comércio de alimentos em quiosques constituía, segundo o CE, outro grande problema à cidade e à sua população, pois sobre ele imperava a falta de higiene no trato com os alimentos e as bebidas servidas aos consumidores. O modelo de vendedor ambulante demandado pela cidade de Campo Grande, por

sua vez, foi descrito em missiva remetida por um leitor do CE. Essa caracterização é de grande serventia para que consigamos estabelecer um contraponto entre o trabalhador idealizado e o trabalhador existente no centro da cidade de Campo Grande.

O leitor Francisco de Oliveira enviou uma carta para o impresso relatando que visualizara na urbe um vendedor ambulante de caldo de cana. A pessoa tinha “boa apresentação”, portando sempre guarda-pó. Utilizava “um carrinho onde a bebida” era “extraída por meio de bomba e” utilizava “copos de papel que” eram “jogados fora após serem utilizados.” O narrador, já na finalização da sua carta, que foi publicada na íntegra pelo CE, fez a seguinte pergunta: “É o caso de se perguntar: porque (os demais ambulantes) não seguem o exemplo?” (CE, 28/11/1966, p. 1).

Os demais, que deveriam seguir o exemplo do ambulante que possuía “boa apresentação”, tinham outras características, segundo relataram as matérias publicadas no impresso CE. A imensa maioria dos carrinhos de refrescos e comestíveis que infestava a cidade, segundo relatou Oliveira, constituía-se de “pequenos veículos nas piores condições de higiene e apresentação.” Para ele, não se poderia “conceber que uma cidade com tão avançado índice de progresso” apresentasse “aspecto tão deprimente” (*ibidem*).

No final do ano de 1966, o CE denunciou que havia em Campo Grande “um exército de vendedores” ambulantes. Esses trabalhadores vendiam bolos, caldo de cana, chipas, picolés, refrescos, bem como outros produtos. O periódico informou aos seus leitores que era particularmente calamitosa a higiene nos locais que vendiam caldo de cana (CE, 31/12/1966, p. 6).

Os vendedores de refresco utilizavam uma “pequena bacia ou lata para lavar os copos por imersão.” A água chegava “a tal estado de sujeira” que os vendedores escondiam “o tal vasilhame para que o público não” percebesse a sujeira ali existente (CE, 28/11/1966, p. 1). Os garapeiros e vendedores de refrescos, ao tentarem higienizar os copos, acabavam por lavar as próprias mãos na mesma água, que ficava “tão contaminada quanto água de “chavascá”.” A mesma água lavava, portanto, “as mãos e os mesmos copos 200 ou mais vezes por dia” (CE, 31/12/1966, p. 6).

Essas denúncias sobre como os comerciantes e os ambulantes tratavam os alimentos e as bebidas evidenciam o nível das relações de trabalho entre produtores e consumidores, sinalizando, dentre outros elementos, que o fator higiene de algumas culturas nem sempre era valorizado por outras experiências históricas, mesmo geograficamente próximas.

As denúncias feitas pelo CE externam também que a cidade, por vezes, não tinha infraestrutura para atender os preceitos da legislação, muitos deles cópias de outras cidades ou imposições do poder federal, e nem as necessidades básicas da

sociedade, que naquela época, anos 1960-70, crescia consideravelmente devido à chegada de adventícios.

O relato mostrou também fragmentos do desenvolvimento da cidade, sinalizando que parte dos alimentos consumidos era entregue diretamente aos consumidores pelo menos por dois motivos: a) boa parte da população tinha o hábito de preparar caseiramente os alimentos, não se preocupando com o fato destes não estarem higienicamente dentro dos padrões determinados pela legislação sanitária, e b) a cidade não possuía outras formas de fornecer alimentos à sociedade como um todo, caso as autoridades se opusessem completamente aos serviços realizados pelos trabalhadores ambulantes que atuavam no campo da alimentação.

Justamente por isso, era expressivo o número de ambulantes que vendiam alimentos, bebidas, frutas e hortaliças nas vias públicas da cidade ou diretamente nos domicílios da população. Com a chegada de migrantes na cidade, a situação higiênica piorou consideravelmente, pelo menos do ponto de vista higienista e sanitário, que analisava a questão sob outro prisma.

Paralelo a isso ocorreu um aumento do volume de alimentos comercializados de “modo anti-higiênico”. As vias públicas recebiam todos os dias pessoas originárias do campo e de várias cidades de inúmeros Estados do Brasil, além de nações vizinhas, como a Bolívia e o Paraguai. Eram indivíduos, em geral sem recursos, que ficavam dias, semanas e até meses nas ruas em busca de trabalho.

Esse fluxo de sujeitos constituía parte significativa dos consumidores que compravam os refrescos, os salgados, os doces e os bolos que foram descritos como inadequados à saúde dos consumidores. Em virtude dos limitados recursos financeiros, estas pessoas provavelmente só consumiam o que lhes era menos custoso. O comércio ambulante de alimentos era, portanto, contínuo. Além disso, a higiene dos alimentos e das bebidas comercializadas era aceitável para a cultura daqueles que os compravam. Logo, a “falta de higiene” não era propriamente um problema para os consumidores, mas sim para o CE e o seu modelo de higiene.

3.4 *Quiosques e barracas: comércio sortido e “sujeira total”*

Em 1967, a quantidade de vendedores de alimentos e de bebidas era bem expressiva, sobretudo no centro da cidade, com particular destaque para as vias públicas do entorno da Estação Rodoviária. As autoridades públicas municipais manifestaram interesse na criação de quiosques a fim de fixar os ambulantes, visando, dentre outras ações, a cobrança de taxas destes trabalhadores, já que sem local de trabalho definido essa exigência ficaria comprometida (CAMPO GRANDE. *Lei n. 1.096, 04/12/1967; Lei n. 1.466, 26/10/1973*).

O CE, na ocasião, desaprovou imediatamente esta prática, argumentando

textualmente que a instalação de quiosques constituía “verdadeiro abuso” que afrontava a imagem cidadina de Campo Grande. Os quiosques, na avaliação do periódico, precisavam “ter um paradeiro” pelo fato de “não serem de acordo com o progresso de uma cidade como a nossa” (CE, 02/02/1967, p. 1).

O terreno no qual ficavam as barracas e os quiosques estava sempre “em meio a uma sujeira absurda.” Em tempo de chuva, virava um lamaçal. Já nos dias de sol havia muita poeira, transformando “o local num autêntico foco de poluição e de contaminação.”

Nesses locais de comércio eram vendidos lanches, salgados e bebidas, sobretudo coxinhas, espetinhos, quibes, sanduíches e outros petiscos. Alguns comercializavam também sorvetes, doces e frutas, como abacaxi e melancia em fatias.

Segundo o impresso, tudo era feito e vendido ali mesmo, “sem os mínimos requisitos de higiene.” A feitura dos petiscos ocorria “dentro da maior sujeira.” Os detritos do preparo dos alimentos ficavam “espalhados por todos os cantos”, assim como as cascas de abacaxis e melancias que os vendedores deixavam no local. Tudo isso exalava “um cheiro horrível”, tal qual o dos “anti-higiênicos alimentos servidos” à população pelos trabalhadores dos quiosques.

O local era “um verdadeiro depósito de porcarias onde moscas e vermes” pululavam, “contaminando aquilo que se” vendia. Os atendentes “nos balcões das barracas mal armadas, cobertas com pedaços de lonas”, eram “tão imundos quanto os “petiscos” vendidos.” A entrega do alimento ao comprador também foi classificada como inadequada, já que os comerciantes utilizavam-se “de pedaços de papel não menos poluídos para servirem os eventuais fregueses, que não” eram “poucos” (*ibidem*).

Independentemente do teor das narrativas, visualizam-se nessas passagens alguns fragmentos da vida cotidiana e das sensibilidades que tomavam corpo na cidade. Maria Izilda Santos de Matos (2002, p. 25) nos alerta que a categoria cotidiano procura dar ênfase ao “mundo da experiência comum como ponto de partida, juntamente com uma tentativa de encarar a vida cotidiana como problemática”. A história do cotidiano também “tem demonstrado que o comportamento ou os valores que são aceitos em uma sociedade num certo momento histórico podem ser rejeitados em outras formas de organização social ou em outros períodos” (*ibidem*).

A higienização dos utensílios era precária. Não tendo água corrente, os trabalhadores iam às casas próximas e lá enchiam baldes com o líquido, que era utilizado várias vezes para lavar os copos e os pratos. O local também não possuía sanitários. Os donos, então, faziam as suas necessidades fisiológicas, denunciou o CE, “na maioria das vezes por ali mesmo, “na surdina”.” Sendo assim, “uma sujeira total” imperava nestes ambientes (CE, 17/01/1977, p. 7). Portanto, os

quiosques não dispunham “da necessária higiene” que a saúde pública devia exigir dos locais que vendiam produtos alimentícios à população (CE, 02/02/1967, p. 1).

Visando alterar essa realidade, tanto a produzida pelos comerciantes, mas, sobretudo, a materializada pelos trabalhadores informais e ambulantes, o periódico CE empreendeu uma campanha sistemática – a chamada campanha da higiene (Moro, 2017, p. 148-170). Passou-se a divulgar na imprensa os locais e os pontos de referência nos quais eram produzidos e comercializados os tais alimentos e bebidas, que, na maioria das vezes, seriam impróprios ao consumo humano. Até as características físicas dos indivíduos que trabalhavam nesses ambientes foram mencionadas.

A mensagem que se queria passar à sociedade, assim pensamos, pode ser resumida nas seguintes palavras: dizia-se que estas pessoas – comerciantes e trabalhadores em desacordo com a lei –, estavam, aos poucos, envenenando a população, visto a péssima qualidade dos produtos posto à venda (CE, 21/11/1966, p. 1).

Fica também perceptível a associação “natural” entre trabalhador ambulante e criminalidade. Aqui estruturou-se, no sentido de ter sido produzida, uma ligação entre os trabalhadores informais e a criminalidade. As fontes analisadas por vezes os adjetivavam como sendo pessoas com potencial para o mundo da criminalidade. Posto nesses termos, um item geraria o outro e, ambos, pesariam sobre a estrutura da cidade e, mais ainda, sobre as novas sensibilidades que se representavam como diretamente alicerçadas em saberes técnicos e científicos modernos, os quais deveriam, a todo custo, ser seguidos.

Considerações finais

O presente artigo tentou problematizar aspectos relativos à história do cotidiano na cidade de Campo Grande e, de forma localizada, abordou as descrições veiculadas em matérias jornalísticas propagadas nas páginas do periódico Correio do Estado acerca de uma parte dos estabelecimentos comerciais, bem como das atividades de trabalho e de serviços desenvolvidas nesses ambientes. Intentou-se, também, recuperar as representações dirigidas aos trabalhadores ambulantes e aos seus ofícios.

Ao entrarmos em diálogo com o projeto do jornal Correio do Estado e com suas sensibilidades, não tomamos ciência apenas do pensamento por ele externado. Inteiramo-nos também acerca de suas estruturas de articulação, de argumentos, enfoques múltiplos, enfim, visões de mundo, situações que podem nos auxiliar a melhor compreender a história da cidade e das relações desta com problemáticas pouco ou quase nada estudadas em âmbitos social e historiográfico a respeito dessa temporalidade e localização espacial.

Talvez por meio deste ângulo, que focaliza a história das sensibilidades e dos sentimentos, relacionando-as com questões políticas, seja possível compreender alguns aspectos do cotidiano e dos movimentos sociais e históricos atinentes à cidade de Campo Grande no período localizado entre as décadas de 1960-70, ampliando a compreensão enunciada em números e percentagens relacionadas ao aumento populacional ocorrido nessas décadas.

Pelo exposto no corpo do artigo em tela, vemos que a atuação do CE não se restringiu ao campo das letras, das palavras e do “simples” e “neutro” ato de relatar o que se passava na cidade de Campo Grande. Este periódico, por isso mesmo, pode e deve ser considerado como uma instituição que atuou não apenas como um partido político, mas também como um partido ideológico, uma vez que contribuiu decisivamente para a construção dos caminhos citadinos de Campo Grande e da região como um todo.

De acordo com Antonio Gramsci (1975, p. 1352-1353), a esfera de ação do partido ideológico ultrapassa o limite partidário, pois este último limita-se ao âmbito da sociedade política, por meio da qual visa, sobretudo, a conquista e o exercício do poder, enquanto que o partido ideológico não se restringe a este universo.

A instituição ideológica ultrapassa esta esfera, uma vez que tem como local de ação a própria sociedade. Pensamos que o jornal *Correio do Estado* pode ser concebido nesta configuração, pois diversos indícios e variadas evidências indicam que este periódico atuou como um partido ideológico, em especial na cidade de Campo Grande, polarizando assuntos, formulando questões e dividindo abordagens.

Cabe destacar que, nessa divisão complexa, impera uma ênfase nos aspectos dualistas e nos padrões aceitos e relacionados à cidade que se queria e que era descrita como desejável e à cidade que se questionava e era tida como indesejável, simbolizando questões apresentadas como desalinhadas ao projeto de cidade moderna e modernizada que se pretendia expor como necessário à coletividade.

Precisamos, conforme sugerido por Alain Corbin (2005, p. 17), “sempre tentar entender essa complexidade, essa simultaneidade de atitudes muito diferentes segundo os indivíduos e segundo os grupos.” Os registros contidos nas fontes por nós analisadas evidenciam “que aquelas pessoas não tinham, de forma alguma, a mesma sensibilidade: uns toleram o que outros não toleram.” (*ibidem*).

Assim temos, de um lado, a urbe benquista, legal, exemplar e projetada em nível elevado, digna de ser replicada. E, de outro lado, sobressai-se a cidade que demandaria atenção e olhares pormenorizados, visto que sua propagação acarretaria adversidades à estrutura e aos modos de vida da cidade ordeira e desejável que se estruturava aos moldes de outros valores e de outras formas

políticas de história e, não menos, de sensibilidades ainda pouco usuais naquele tempo e espaço históricos, haja vista os embates travados nas páginas do periódico Correio do Estado frente a um conjunto de situações-problema que o jornal dizia existirem em estabelecimentos classificados como “imundos, mal cheirosos e sujos”.

Preocupante também era – de acordo com as matérias jornalísticas por nós analisadas – a presença dos chamados trabalhadores informais e ilegais na cidade que, em quiosques e barracas, comercializavam toda sorte de alimentos e de bebidas, em geral de qualidades inadequadas frente aos padrões de civilidade defendidos e até clamados pelo jornal Correio do Estado como aceitáveis à sociedade campo-grandense.

Bibliografia

- ARQUIVO DO JORNAL CORREIO DO ESTADO. Campo Grande-MS (Brasil). A população clama por higiene. *CE*, Campo Grande, p. 1, 21 out. 1966;
- ARQUIVO DO JORNAL CORREIO DO ESTADO. Campo Grande-MS (Brasil). A população clama por higiene. *CE*, Campo Grande, p. 1, 28 nov. 1966;
- ARQUIVO DO JORNAL CORREIO DO ESTADO. Campo Grande-MS (Brasil). Barracas e quiosques imundos desafiam a Secretaria de Saúde. *CE*, Campo Grande, p. 7, 17 jan. 1977;
- ARQUIVO DO JORNAL CORREIO DO ESTADO. Campo Grande-MS (Brasil). Campo Grande: cidade sem higiene. *CE*, Campo Grande, p. 1, 21 maio 1966;
- ARQUIVO DO JORNAL CORREIO DO ESTADO. Campo Grande-MS (Brasil). Campo Grande: cidade sem higiene. *CE*, Campo Grande, p. 1, 21 maio 1966;
- ARQUIVO DO JORNAL CORREIO DO ESTADO. Campo Grande-MS (Brasil). Campo Grande: cidade sem higiene! *CE*, Campo Grande, p. 1, 21 nov. 1966;
- ARQUIVO DO JORNAL CORREIO DO ESTADO. Campo Grande-MS (Brasil). Campo Grande precisa de higiene. *CE*, Campo Grande, p. 6, 28 jun. 1967;
- ARQUIVO DO JORNAL CORREIO DO ESTADO. Campo Grande-MS (Brasil). Campo Grande precisa de higiene. *CE*, Campo Grande, p. 6, 28 jun. 1967;
- ARQUIVO DO JORNAL CORREIO DO ESTADO. Campo Grande-MS (Brasil). Campo Grande: cidade sem higiene! *CE*, Campo Grande, p. 1, 21 nov. 1966;
- ARQUIVO DO JORNAL CORREIO DO ESTADO. Campo Grande-MS (Brasil). Cidade sem higiene. *CE*, Campo Grande, p. 2, 16 mar. 1967;
- ARQUIVO DO JORNAL CORREIO DO ESTADO. Campo Grande-MS (Brasil). Desafio à saúde pública e ao comércio. *CE*, Campo Grande, p. 1, 5 out. 1971;
- ARQUIVO DO JORNAL CORREIO DO ESTADO. Campo Grande-MS (Brasil). Entrega de pães: falta absoluta de higiene. *CE*, Campo Grande, p. 1, 4 set. 1963;

- ARQUIVO DO JORNAL CORREIO DO ESTADO. Campo Grande-MS (Brasil). Fiscalização mais rígida para mascates e ambulantes. *CE*, Campo Grande, p. 1, 22 nov. 1971;
- ARQUIVO DO JORNAL CORREIO DO ESTADO. Campo Grande-MS (Brasil). Higiene: caldo de cana, refrescos... *CE*, Campo Grande, p. 6, 31 dez. 1966;
- ARQUIVO DO JORNAL CORREIO DO ESTADO. Campo Grande-MS (Brasil). Prefeitura: fim ao “Mercado Persa”. *CE*, Campo Grande, p. 1, 19 abr. 1963;
- ARQUIVO DO JORNAL CORREIO DO ESTADO. Campo Grande-MS (Brasil). Prefeitura: urge acabar com os quiosques. *CE*, Campo Grande, p. 1, 2 fev. 1967;
- ARQUIVO DO JORNAL CORREIO DO ESTADO. Campo Grande-MS (Brasil). SUNAB condena falta de higiene na cidade. *CE*, Campo Grande, p. 2, 19 maio 1969.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: I. As estruturas do cotidiano*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- CAMPO GRANDE (Município). Poder executivo. Prefeitura Municipal de Campo Grande. *Lei n. 1.096, de 04 de dezembro de 1967*. Institui o Código de Polícia Administrativa do Município.
- CAMPO GRANDE (Município). Poder executivo. Prefeitura Municipal de Campo Grande. *Lei n. 1.466, de 26 de outubro de 1973*. Institui o Código Tributário do Município.
- CORBIN, Alain. “Alain Corbin e o prazer do historiador” Entrevista concedida a Laurent Vidal in *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 25, n. 49, jan./jun. 2005, p. 11-31.
- CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. EDUC, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.
- CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915*. São Paulo, EDUC/FAPESP/Arquivo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial, 2000.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. 2. ed., Lisboa: Presença, 1985.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 1975, v. 2.
- HOBSBAWM, Eric. “A outra história: algumas reflexões” in Frederick Krantz (org.) *A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, p. 18-33.
- LUCA, Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos” in PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2010, p. 111-153.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru:

- EDUSC, 2002.
- MORO, Nataniél Dal. "A campanha da higiene na cidade de Campo Grande: décadas de 1960-70" in: *Oficina do historiador*. Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 10, n. 2, jul./dez. 2017, pp. 148-170. [Acesso em: 10 dez. 2017].
- MORO, Nataniél Dal. "Conflitos entre vendedores ambulantes de leite in natura e donos de laticínios na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)" in: *Estudos ibero-americanos*. Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 43, n. 2, maio/ago. 2017, pp. 442-457 [Acesso em: 13 dez. 2017].
- MORO, Nataniél Dal. "Dom Aquino e a cidade de Campo Grande: sentidos construídos e reconstruídos" in: MONTEIRO, Arlete Assumpção; GOMES, Edgar da Silva; AVELINO, Yvone Dias (orgs.). *Tecituras das cidades: história, memória e religião*. Jundiá: Paco, 2017, p. 107-135.
- MORO, Nataniél Dal. *O pensar da elite sobre o povo comum: espaço público, viver urbano e reterritorialização do centro da cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)*. 2012. 310 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2012.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Nacional, 2001.
- PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1915)*, São Paulo: Edusp, 1994.
- RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RODRIGUES, José Barbosa. "Correio do Estado: histórico. Os meios de comunicação em Campo Grande" in *ARCA: Revista do Arquivo Histórico de Campo Grande – MS*. Campo Grande, Secretaria Municipal da Cultura e do Esporte, jan. 1990.
- RODRIGUES, José Barbosa. "Entrevista" in ROSA, Maria da Glória Sá. *Deus quer, o homem sonha, a cidade nasce: Campo Grande, cem anos de história*. Campo Grande: FUNCESP, 1999, p. 94-107.
- VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo: uma história da higiene corporal*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Nataniél Dal Moro é doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Realizou estágio de pós-doutoramento em História do Brasil na Universidade Nova de Lisboa (UNL), com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Desde 2005 atua como pesquisador junto ao Núcleo de Estudos de História Social da

Cidade (NEHSC/PUC-SP) e, desde 2013, participa na condição de investigador correspondente vinculado ao Centro de Humanidades (CHAM/UNL).

Contato: natanieldalmoro@bol.com.br

Recebido: 16/04/2016

Aceito: 27/07/2018